

BÍBLIA HEBRAICA E BÍBLIA GREGA

A Bíblia Hebraica é Escritura Sagrada da comunidade judaica e da comunidade cristã; nessa última passa a ser o Antigo Testamento. A Bíblia Hebraica, ao ser traduzida para o grego, ganha alguns livros a mais. Há, pois, Escritura Sagrada que no grego é mais extensa do que no hebraico. Além disso, a tradição cristã ainda lhe acrescenta o Novo Testamento. O que significa isso para a compreensão da Bíblia e de seus textos? Início com:

- O cânon Bíblico e seu significado (num primeiro momento);
- A Bíblia Hebraica, sua estrutura e sua intencionalidade (num segundo Momento);
- A Bíblia grega como Antigo e Novo Testamento (num terceiro momento).

1 - O cânon Bíblico e seu significado

A palavra "cânon", de origem grega, designava a régua ou vara usada por construtores para manter algo em linha reta e dentro do prumo. Tornou-se metáfora para padrão, norma e regra já na literatura grega para ali designar o clássico, o normativo, o modelar. A partir do 4º século dC, o termo "cânon" é empregado pelos Padres da Igreja, para designar o conjunto dos livros

definidos como Escrituras Sagradas normativas. Até então, usava-se o termo Escrituras Sagradas tanto na comunidade judaica quanto na cristã. Os judeus falavam do livro sagrado como aquele que “torna as mãos impuras”, isto é, seu conteúdo é tão santo, que o leitor, depois de manuseá-lo, precisa lavar as mãos.

O processo de canonização se dá em meio a crises. E isso é importante observar! Quando a comunidade religiosa se vê exposta a ameaças que querem desintegrá-la ou tirar sua identidade, ela reage. O que ela faz? Vai em busca de sua tradição e seleciona aquilo que servia de base e fundamento no passado para o seu povo e sua comunidade. São textos recitados que lidos e já tinham seu lugar na vida de celebração. São, portanto, textos com os quais gerações inteiras já viviam, alimentando sua fé e sua vida comunitária. Ela define esses textos, essa literatura, como canônica, porque têm sua origem na autoridade divina e sua eficácia comunitária comprovada. Essa literatura, tida como sagrada, servirá de critério e orientação para o presente marcado por conflitos. Pertença ou não-pertença à comunidade de fé é definida a partir dessa Escritura Sagrada tida como cânon, como norma. Outras tradições, mesmo que existam em forma de textos ou livros, ficam de fora, são excluídos como não canônicos.

Esse conjunto de livros bíblicos definido como cânon aconteceu num processo histórico. Cada um dos blocos de livros, que hoje compõem a Bíblia, teve a sua própria história de canonização e aconteceu em épocas diferentes e marcadas por

crises e ameaças. Isso vale tanto no Antigo Testamento quanto na época do Novo Testamento.

2 - A Bíblia Hebraica, sua estrutura e sua intencionalidade

Por volta do ano 95 dC, o escritor judeu Flávio Josefo registra em seu escrito *Contra Apionem* (Apíão) I, 7-8, que os judeus possuíam um certo número de livros dos quais não ousavam acrescentar nem tirar algo. Segundo Flávio Josefo, desde criança era natural para eles que ali se encontram as ordenanças de Deus, e por isso se apegavam a esses livros. Se fosse necessário até morreriam por eles. Os livros eram completamente confiáveis porque profetas, inspirados por Deus, descreviam o passado de seu povo, e a partir de seu conhecimento relatavam sobre o presente do seu povo. Ele contava 22 livros, o que corresponde à extensão do cânon bíblico hebraico.

Talvez, naquele momento, o livro de *Rute* formasse um volume só, em forma de rolo escrito, com o livro de *Juízes* e o das *Lamentações* estivesse incluído no rolo do livro do profeta *Jeremias*. Contando-os separadamente, chega-se ao número 24, a contagem usual na tradição judaica.

Três partes compõem esse total de 24 livros: a Torá, os Profetas e os Escritos.

- A *Torá* reúne os livros que conhecemos como Pentateuco (Gênesis a Deuteronômio); é o bloco mais antigo e ganhou seu

status de canônico já no 5º século aC ou, o mais tardar, no 4º século. Torna-se a base para a vida comunitária regida por sacerdotes do 2º templo após o retorno do exílio. O império persa exercia o domínio político sobre os judeus, enquanto a vida comunidade judaica era organizada a partir da Torá. Sua leitura tinha um lugar privilegiado no culto. O culto da palavra lida e explicada vai ganhando mais espaço do que os rituais e sacrifícios. A autoridade da Torá / Pentateuco se deve à inspiração divina atribuída a Moisés, e tido como o maior dos profetas.

Por exemplo, no livro de *Números*, o quarto livro da Torá, os irmãos de Moisés, Aarão e Miriã, são questionados por Deus, se há algum profeta com que Deus falasse "*face a face, claramente, e não em enigmas*" como o fez com seu "servo Moisés" (Nm 12,8).

O segundo grande conjunto de livros definidos como Escritura Sagrada, e que se juntam ao primeiro núcleo da Torá, são colocados sob o guarda-chuva "Profetas".

- Os Profetas, em hebr *Nebi'im*, são subdivididos em profetas anteriores e profetas posteriores; os anteriores reúnem os livros de Josué a 2Reis. Equivalem ao que nós conhecemos como livros históricos, mas sem os livros tardios como Rute, Ester, Crônicas, Esdras e Neemias. Também esses livros têm sua autoridade canônica garantida a partir de seus autores, todas figuras proféticas (p. ex. Samuel). Há também informações sobre profetas como Natã, Elias e Eliseu.

Os profetas posteriores reúnem a literatura profética propriamente dita: Isaías, Jeremias, Ezequiel e o livro dos Doze Profetas (Oséias a Malaquias). O livro de Daniel, escrito após esse fechamento da literatura profética, ainda não se encontra nessa sessão.

Quando se dá o surgimento desse bloco de Escrituras Sagradas? No 3º século aC, no período helenístico, isto é, quando a Palestina passara das mãos dos persas para a dos gregos.

A comunidade judaica de Jerusalém no 3º século aC sofria fortes influências da cultura helenística. Como afirmar sua identidade diante dessa ameaça que vinha de fora? Além da Torá, a literatura profética tornou-se fonte de busca por sentido para o presente vivido pela comunidade. Com a coleção dos livros proféticos canonizados, faz-se um corte radical com o espírito profético que sempre aponta para algo novo e inusitado. O escrito do profeta Malaquias do período persa (450 aC) é o último aceito na estante dos livros proféticos; com ele cessam definitivamente as vozes proféticas e se inicia a interpretação da literatura profética já existente. Os textos dos profetas ganham espaço no culto e são recitados para comentar e explicar a primeira leitura feita da Torá. As promessas de salvação anunciadas pelos profetas estavam parcialmente realizadas com a comunidade religiosa em Jerusalém regida pelos sacerdotes e pela Torá. O Reino de Deus tinha colocado sinais, mesmo que modestos, ao possibilitar a existência da comunidade de Deus em Jerusalém. A leitura nos profetas

queria mais superar desafios do presente, estimular a obediência à vontade de Deus do que apontar somente para o futuro.

- O terceiro bloco da Bíblia Hebraica é o dos Escritos “restantes”, em hebraico, *Ketubim*, contendo: Salmos, Jó, Provérbios, Rute, Cântico dos Cânticos, Eclesiastes, Lamentações, Ester, Esdras, Neemias e Crônicas. Esses escritos ainda não estão organizados a partir de assuntos: há livros com hinos e orações do culto, escritos sapienciais e históricos.

Esse último conjunto só foi delimitado definitivamente em fins do 1º século.

A crise, que exigia uma definição clara quanto ao que ainda deveria ser considerado normativo dos Escritos restantes, foi provocada por dois motivos:

- 1) a destruição do templo herodiano em 70 dC; a comunidade judaica sem templo teria que ter muito claro quais são os fundamentos, em termos de Escritos normativos, que lhe davam sustentação;

- 2) o surgimento de grupos apocalípticos e sectários no judaísmo do período romano. Teremos que pensar aqui em grupos como os essênios em Qumrã, junto ao Mar Morto. Teremos que pensar também, e em especial, no surgimento das comunidades cristãs. Dentre os muitos escritos apocalípticos, em circulação por volta ano 100 dC, somente o livro de Daniel conseguiu seu lugar entre os Escritos. Para a comunidade judaica, também os escritos

lidos e recitados nas comunidades cristãs ficariam de fora. É bom a gente dar-se conta que os escritos que mais tarde formariam o Novo Testamento (evangelho, cartas e o Apocalipse) já estavam distantes daquilo que representava a identidade da comunidade judaica. No chamado sínodo de Jabne-Jamnia, em torno do ano 100 dC, no centro do rabinato do judaísmo palestinese após a destruição, caí a definição quanto à canonização do último conjunto de livro, os Escritos.

Essa estrutura tripartida da Bíblia Hebraica também é chamada de *TeNaK*, designação construída a partir das primeiras letras hebraicas desses blocos. *T* = Torá; *N* = Nebi'im / profetas; *K* = Ketubim / escritos.

O Novo Testamento conhece essa sequência, quando se refere ao Antigo Testamento como "Lei e profetas" (Mt 5,17; 7,12; Lc 16,16) ou "Moisés e os profetas" (Lc 16,29,31). Além das leituras dessas duas partes da Bíblia Hebraica, a sinagoga já usava intensamente na sua liturgia os Salmos como seu livro de orações e cânticos. Isso se reflete na fórmula tripartida de Lc 24,44: "Moisés, os profetas e os salmos".

Observe-se que esta última sessão junta diversos escritos, desde hinos, livros sapienciais, lamentações e até livros históricos. Se os livros de Rute, Ester ou os históricos ainda não estão agrupados aos de sua respectiva sessão, então isso tem a ver com a história da formação do cânon dessas partes.

Este último conjunto das Escrituras Sagradas ainda chama a atenção para uma outra dimensão. Ao fechar o grupo dos livros sagrados, contendo especialmente Salmos que festejam a presença de Deus no mundo e em seus cultos, a comunidade evidencia que sua atenção estava mais para presente em que a Lei / a Torá e os livros Proféticos orientam sua fé e conduta.

A função da leitura dos profetas é explicar ainda mais a abrangência da vontade de Deus expressa na Torá. O tempo presente na comunidade judaica é marcado pela confissão de fé cantada, mas também pelo lamento por causa de sofrimento e aflição.

3 - A Bíblia grega como Antigo e Novo Testamento

No séc. 3 aC, em pleno período helenístico, a comunidade judaica de Alexandria precisou traduzir sua Torá para o grego. Os mestres e cantores da sinagoga talvez ainda conhecessem o hebraico, mas a comunidade como um todo formada de judeus, agora helenizados, precisavam da Torá em grego. Talvez no início ainda se contentasse com uma breve explicação em grego das leituras feitas em hebraico, mas no terceiro século já fora providenciada uma tradução na íntegra dos primeiros cinco livros da Bíblia Hebraica. Um escrito conhecido como Carta apócrifa de Aristeas quer dar autoridade a essa Torá grega, dizendo que a pedido do próprio rei Ptolomeu do Egito essa tradução fora providenciada. Num tempo recorde de 72 dias, 72 estudiosos,

vindos de Jerusalém, fizeram essa tradução, e inspirados por Deus. Daí vem o seu nome Septuaginta ou os Setenta. Os demais conjuntos, os profetas anteriores e posteriores e os Escritos devem ter surgido sucessivamente. Nas comunidades dispersas ao redor do Mediterrâneo, na chamada Diáspora, a Septuaginta ganha um espaço privilegiado no culto sinagoga.

Comparando com a estrutura do cânon hebraico (Bíblia Hebraica / *TeNaK*), vamos perceber que a Septuaginta, a versão grega, apresenta algumas modificações na sua estrutura. Ao invés das três divisões, apresentadas acima, a Bíblia grega forma dois grandes blocos de livros, cada qual com duas partes. Um primeiro constitui-se da Lei e dos livros históricos e um segundo conjunto é formado pelos livros poéticos e proféticos.

As duas grandezas que formam o primeiro conjunto – Lei e históricos – são distinguidos, mas vistos sob a ênfase histórica, abrangem o período que vai desde a criação até os tempos dos últimos livros arrolados nessa sessão. O que acontece agora? Os livros considerados “profetas anteriores” no cânon hebraico, isto é, os de Josué até o 2Rs, são classificados como “históricos”. Referem-se, portanto, todos ao passado de Israel, inclusive os livros do Pentateuco são entendidos mais a partir do ângulo da história.

Nessa estante foram colocados ainda os livros históricos que na Bíblia Hebraica constam entre os *Ketubim* / Escritos: Rute, Ester, Crônicas, Esdras e Neemias. O segundo conjunto – poéticos

e proféticos – também sofre uma modificação na sua estrutura se comparado ao hebraico. Só os livros poéticos do culto e da Sabedoria são colocados antes do grande conjunto dos livros proféticos. A sequência interna dos livros proféticos ainda variou algumas vezes. Aliás, a Septuaginta ainda trouxe o escrito apocalíptico de Daniel para a estante dos “proféticos”, como sendo seu livro profético mais novo (cf. Mt 9,27; 1Pd 1,10-12).

É importante destacar que a estrutura grega faz o Antigo Testamento encerrar com esses livros que apontam para o futuro como estamos acostumados em nossa Bíblia cristã.

Os evangelistas ainda não conhecem essa estrutura da Septuaginta que coloca os livros proféticos no fim do cânon bíblico (cf. Lc 24,44: Lei, Profetas e Salmos).

De fato, a partir do Novo Testamento, fica mais fácil entender que o Antigo Testamento encerra como livro aberto à espera pelo cumprimento da profecia, como acontece na Bíblia grega.

Além disso, o Novo Testamento revela que as primeiras comunidades cristãs conheciam, além do cânon hebraico, ainda outros escritos não canônicos, citando-os com alguma liberdade. Por exemplo, a Epístola de Judas (v. 14-15) faz menção ao Livro de Henoc, um livro apócrifo judaico; o apóstolo Paulo cita outro escrito apócrifo, o Apocalipse de Elias em 1Cor 2,9.

Via de regra, os Padres Apostólicos se atêm ao cânon bíblico do Antigo Testamento com o mesmo número de livros conhecidos desde a Bíblia Hebraica, isto é, 24 livros.

Apenas no Concílio de Trento em 1546, um conjunto de livros da Septuaginta é canonizado sob a designação de “Deuterocanônicos”. São eles: Judite, Tobias, Macabeus I e II, Livro da Sabedoria, Eclesiástico, Baruc, Carta de Jeremias, Susana (=Daniel 13), Bel e Dragão (=Daniel 14). Essa decisão se dá a partir de uma prática de leitura já existente na Igreja cristã até esse momento.

As igrejas oriundas da Reforma permanecem com o cânon hebraico da Igreja Antiga, mas incluem esses livros da Bíblia grega, recomendando sua leitura como “útil e boa”, sem, no entanto, reconhecer sua canonicidade.

A formação do cânon do Novo Testamento se dá a partir da literatura que se impusera a partir de seu uso. Evangelhos, cartas e outros escritos, lidos e relidos nas mais diferentes comunidades, vão se cristalizando como básicos e fundamentais para a compreensão da Igreja de Jesus Cristo. Outros escritos, mesmo que tenham tido alguma relevância para as comunidades não se impuseram e não ganharam o status de “normativos”. Já no 2º século, os 4 evangelhos e 10 cartas de Paulo estavam aceitos como escritos apostólicos e gozando de autoridade.

Uma das causas que forçou essa definição foi a ameaça vindo do gnosticismo. Um de seus representantes foi Marcião, que

viveu em torno de 144 dC; ele exigia a eliminação do cânon hebraico como normativo para a Igreja, além de propor como canônico apenas o evangelho de Lucas e 10 cartas de Paulo. Os gnósticos e marcionitas queriam um cristianismo distanciado do judaísmo e de sua tradição do Antigo Testamento. Segundo eles, o Deus Criador do AT é inferior ao Deus Redentor da Igreja. A criação e, conseqüentemente, tudo que é corporal é antdivino e, como tal, não tem valor algum.

A Igreja reagiu com firmeza contra essa visão dualista. Essa crise, que representou uma verdadeira ameaça à sua identidade, levou-a a definir qual é de fato a base irrenunciável dessa igreja com dois séculos de história. Para tanto, precisou reafirmar quais os escritos que podem reivindicar autoridade e servir de Sagrada Escritura. A decisão recai não sobre o mini-cânon proposto por Marcião, mas reafirma sua decisão de não abrir mão dos até então aceitos 4 evangelhos e das 10 cartas paulinas. Quanto ao Antigo Testamento, a Igreja do 2º século não o deixa de considerar Escritura Sagrada, embora se sentisse profundamente questionada pelos gnósticos. A Igreja Antiga afirma de forma clara a identidade entre o Deus Criador do AT e o Deus Redentor que se revelou em Jesus Cristo.

Até o 4º século ainda duraria esse processo. O Bispo Atanásio de Alexandria, na 39ª Carta Pascal do ano de 387, traz pela primeira vez uma lista completa dos 27 livros que hoje compõe o cânon neotestamentário.

Conclusão:

Concluindo, essa comparação entre a Bíblia Hebraica e Bíblia grega, entre o cânon hebraico e o cânon grego, revelou alguns pontos importantes.

As comunidades religiosas participaram intensivamente na delimitação do cânon de seus livros sagrados. Os livros que entram ou ficam de fora do seu cânon foram definidos após muito debate.

Isso vale em primeiro lugar para comunidade judaica até o fim do 1º século dC.

Torá, *Profetas (Nebi'im)* e *Escritos (Ketubim)* reúnem os escritos que exercem autoridade no judaísmo.

A parte final, os *Escritos (Ketubim)*, são testemunho eloqüente de um judaísmo que sabia da presença de Deus em sua comunidade e no mundo. O judaísmo da Judéia desse período do fechamento do seu cânon não estava voltado prioritariamente para o futuro, centrado unicamente na questão messiânica e da vinda eminente do Reino de Deus.

O cânon grego, por sua vez, ao situar os livros proféticos na parte final do cânon, torna o Antigo Testamento um livro aberto, à espera de cumprimento. A Igreja cristã dos primeiros séculos verá nessa estrutura da Bíblia grega sinal da realização da profecia no evento de Jesus Cristo, testemunhado no Novo Testamento.

O Novo Testamento terá seu cânon definitivamente fechado no 4º século. A ameaça do dualismo gnóstico acelerou esse processo de definição da Escrituras Sagradas cristãs, agora do Antigo e do Novo Testamento.

Além dos livros canônicos aceitos na Igreja como um todo a partir da decisão conciliar do 4º século, outros livros era usados na prática comunitária cristã. O Concílio de Trento (1546) os aceita como “deuterocanônicos”. Trata-se de livros oriundos do Antigo Testamento grego. A Igreja Ortodoxa aceita quatro deles no seu Sínodo de Jerusalém em 1672. A Reforma do século XVI recomenda sua leitura sem conferir valor canônico a eles.